

Estudo revela que 44% dos prazos não são cumpridos, com graves prejuízos para a tesouraria das empresas.

O incumprimento dos prazos de pagamento é uma realidade em Portugal e uma das principais consequências são os graves danos na tesouraria das empresas. Segundo o estudo "Compromisso de pagamento no prazo acordado: uma cultura de pagamentos atempados", encomendado pela Associação Cristã de Economistas e Gestores (ACEGE) à Augusto Mateus & associados, 39% das empresas tinha, em 2011, a sua tesouraria numa situação difícil e 14% numa situação muito difícil.

O estudo concluiu que 44% dos pagamentos efectuados no país foram, naquele ano, feitos com atraso. Por tipo de empresa, 47% dos pagamentos às PME e 40% dos pagamentos às grandes empresas não foram cumpridos dentro do prazo.

Apesar das consequências negativas, 82% das empresas admite não ter estratégias para fazer face às necessidades de gestão de tesouraria, havendo apenas 18% que têm em marcha medidas para contrariar a situação.

António Pinto Leite, presidente da Associação Cristã de Gestores e Economistas (ACEGE), lembra que "Portugal é dos países europeus com maior atraso no pagamento em relação ao prazo definido, quer entre empresas, quer ao nível do Estado". "Mais do que um problema estrutural, este é um problema cultural", que tem que ser contornado, diz.

O estudo, que reuniu o consenso da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e Inovação (IAPMEI) e da associação que representa as farmacêuticas portuguesas (APIFARMA), teve o apoio técnico da Intrum Justitia. Luís Salvaterra, CEO da empresa, não tem dúvidas de que "a cultura do incumprimento, do pagar e morrer quanto mais tarde melhor", está muito enraizada na sociedade portuguesa, "alimentada pelo facto de quem não cumpre não sofrer penalizações". A justiça, considera, "tem sido um forte entrave para alterar esta cultura, pelos níveis de ineficiência que levam processos a arrastar-se durante anos pelos tribunais, acabando muitos por morrerem sem resolução". Luís Salvaterra considera que o Estado devia ser fundamental para acabar com a situação, sendo que nos últimos dois anos houve algumas mudanças neste sentido com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Raquel Carvalho | economico.pt | 31-03-2014